O funcionamento do centro de atendimento telefónico do Serviço Nacional de Saúde, que permite a qualquer cidadão, e durante 24 horas, obter apoio e informações, aconselhamento, incluindo o autocuidado e que, quando necessário, encaminha o doente para a estrutura de cuidados de saúde da rede da prestação de cuidados de saúde mais apropriada à sua condição do momento;

O reforço do transporte de doentes pré-hospitalar;
A referenciação entre os diversos serviços,

veio a Administração Regional de Saúde do Centro, I. P., propor a alteração do horário de funcionamento do Centro de Saúde de Ovar e a consequente cessação da actividade do Serviço de Urgência do Hospital Dr. Francisco Zagalo, Ovar.

Em traços gerais, justifica esta proposta com o facto da procura de cuidados de saúde no Serviço de Urgência do Hospital do Dr. Francisco Zagalo, Ovar, ser para situações que, na sua generalidade, podem e devem ser resolvidas pelos médicos de família do Centro de Saúde, uma vez que presta, na sua maioria, consultas de clínica geral com uma diferenciação idêntica a um Centro de Saúde, sendo os doentes que se deslocam a este Serviço em situação de verdadeira urgência reencaminhados para outros hospitais perdendo, assim, tempo precioso na prestação de cuidados.

Estas afirmações encontram suporte nos dados assistenciais, que revelam ainda que, no período nocturno, se verificou menos de um internamento por noite, não funcionando tão-pouco, nesse período, serviços de apoio essenciais, como o de raios-X ou apoio laboratorial, nem existindo intervenções cirúrgicas de urgência.

O Serviço de Urgência do Hospital Dr. Francisco Zagalo, Ovar, não reúne, pois, as condições mínimas para o desempenho da sua missão, para além de suscitar incertezas nos utentes relativamente à sua qualificação como verdadeiro serviço de urgência hospitalar, assim transmitindo uma falsa sensação de segurança.

Deste modo, com base na proposta da nova Rede de Serviços de Urgência, que se dá por reproduzida, com base no Protocolo celebrado e na proposta constante da deliberação da Administração Regional de Saúde do Centro, I. P., não restam dúvidas quanto à imperiosa necessidade de proceder a alterações no funcionamento destes serviços de saúde de Ovar.

Assim:

Nos termos e ao abrigo do disposto na alínea g) do n.º 1 do artigo 12.º da lei de Gestão Hospitalar, aprovada pela Lei n.º 27/2002, de 8 de Novembro, de harmonia com o estabelecido na alínea d) do n.º 2 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 222/2007, de 29 de Maio, que aprovou a orgânica das Administrações Regionais de Saúde, I. P., no n.º 1 do artigo 7.º e na alínea b) do n.º 2 do artigo 5.º da Lei Orgânica do Ministério da Saúde, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 212/2006, de 27 de Outubro, e sob proposta do Conselho Directivo da Administração Regional de Saúde do Centro, I. P., determino

o seguinte: 1 — Aprovo a proposta da Administração Regional de Saúde do Centro, I. P., anexa ao presente despacho e do qual faz parte integrante, pelo que determino a alteração do horário de funcionamento do Centro de Saúde de Ovar a partir do dia 15 de Dezembro, inclusive, nos precisos termos constantes da deliberação daquela administração regional de saúde, cessando na mesma data a actividade do Serviço de Urgência do Hospital Dr. Francisco Zagalo, Ovar.

2 — A Administração Regional de Saúde do Centro, I. P., garante o cumprimento de todas as medidas propostas na referida deliberação, nomeadamente a consulta não programada para casos agudos do foro ambulatório.

3 — À Administração Regional de Saúde do Centro, I. P., para os procedimentos devidos, designadamente divulgação das alterações decorrentes do presente despacho no Centro de Saúde de Ovar, e ao Hospital Dr. Francisco Zagalo, Ovar, para adaptar o seu Regulamento Interno, de acordo com o estabelecido no Decreto-Lei n.º 188/2003, de 20 de Agosto.

12 de Dezembro de 2007. — O Ministro da Saúde, *António Fernando Correia de Campos*.

Despacho n.º 29858/2007

A Comissão Técnica de Apoio ao Processo de Requalificação da Rede de Urgência Geral, criada na minha dependência pelo Despacho n.º 17736/2006 (2.ª série) publicado no *Diário da República*, n.º 168, de 31 de Agosto, tem por missão, nomeadamente, apoiar o processo de requalificação das urgências, coordenando a sua actividade com as comissões específicas responsáveis por outras intervenções de urgência.

No cumprimento da sua missão, a Comissão supra referida entregou-me, em 27 de Setembro de 2006, um relatório/proposta da nova Rede

de Serviços de Urgência que submeti a audição pública, até 30 de Novembro de 2006.

O processo foi intensamente participado desde a apresentação da primeira versão da proposta, em Setembro de 2006, tendo sido objecto de apreciação por um número elevado de autarquias, instituições, partidos políticos e cidadãos.

No âmbito da audição pública do citado relatório/proposta foram recolhidas sugestões e observações consideradas pertinentes, nomeadamente na definição das características da rede de serviços de urgência acolhidas no Despacho n.º 727/2007 (2.ª série), publicado no *Diário da República*, n.º 10, de 15 de Janeiro, que alterou o Despacho n.º 18459/2006 (2.ª série) publicado no *Diário da República*, n.º 176, de 12 de Setembro.

A proposta final que me foi apresentada, em 17 de Janeiro de 2007, assenta na requalificação e redistribuição geográfica dos pontos de urgência, tipificados em 3 modalidades e reafirma a importância e necessidade de reforço da rede móvel treinada e articulada para recolha e transporte pré-hospitalar.

O mapa da rede de urgências proposto reduz consideravelmente o tempo médio de acesso e melhora de forma substancial a equidade territorial e a qualidade da assistência. Os encargos financeiros adicionais necessários à implementação deste mapa obrigaram à sua aplicação faseada. Contudo, são plenamente justificados pelos esperados ganhos de equidade e qualidade.

A aplicação progressiva das alterações a introduzir permitiu ouvir, de novo, as autarquias mais directamente envolvidas. O projecto global de mudança foi ainda levado ao conhecimento da Associação Nacional de Municípios Portugueses e da Comissão Parlamentar de Saúde antes da sua entrada em execução.

Apesar da decisão final do Governo ter natureza política, fundamentada no trabalho técnico realizado, foram acolhidas algumas pretensões das autarquias, firmadas por Protocolos, permitindo assim uma estreita colaboração entre o poder central e o local, que só traz vantagens aos cidadãos.

Foi esse o caso relativamente ao Município de Cantanhede. De facto, foi celebrado, em 24 de Fevereiro de 2007, um protocolo entre a Câmara Municipal de Cantanhede e a Administração Regional de Saúde do Centro, I. P., a quem cabe orientar a organização e funcionamento das instituições e serviços prestadores de cuidados de saúde da respectiva região.

Com base neste Protocolo, e verificados que estão os pressupostos necessários para a reorganização dos serviços de urgência da região, nomeadamente:

O funcionamento do centro de atendimento telefónico do Serviço Nacional de Saúde, que permite a qualquer cidadão, e durante 24 horas, obter apoio e informações, aconselhamento, incluindo o autocuidado e que, quando necessário, encaminha o doente para a estrutura de cuidados de saúde da rede da prestação de cuidados de saúde mais apropriada à sua condição do momento;

O reforço do transporte de doentes pré-hospitalar;
A referenciação entre os diversos serviços,

veio a Administração Regional de Saúde do Centro, I. P., propor a alteração do horário de funcionamento do Centro de Saúde de Cantanhede e a consequente cessação da actividade do Serviço de Urgência do Hospital do Arcebispo João Crisóstomo, Cantanhede.

Em traços gerais, justifica esta proposta com o facto da procura de cuidados de saúde no Serviço de Urgência do Hospital do Arcebispo João Crisóstomo, Cantanhede ser para situações que, na sua generalidade, podem e devem ser resolvidas pelos médicos de família do Centro de Saúde, uma vez que presta, na sua maioria, consultas de clínica geral com uma diferenciação idêntica a um Centro de Saúde, sendo os doentes que se deslocam a este Serviço em situação de verdadeira urgência reencaminhados para outros hospitais perdendo, assim, tempo precioso na prestação de cuidados.

Estas afirmações encontram suporte nos dados assistenciais, que revelam ainda que, no período nocturno, se verificou menos de um internamento por noite, não funcionando tão-pouco, nesse período, serviços de apoio essenciais, como o de Raios-X ou apoio laboratorial.

O Serviço de Urgência do Hospital do Arcebispo João Crisóstomo, Cantanhede, não reúne, pois, as condições mínimas para o desempenho da sua missão, para além de suscitar incertezas nos utentes relativamente à sua qualificação como verdadeiro serviço de urgência hospitalar, assim transmitindo uma falsa sensação de segurança.

Deste modo, com base na proposta da nova Rede de Serviços de Urgência, que se dá por reproduzida, com base no Protocolo celebrado e na proposta constante da deliberação da Administração Regional de Saúde do Centro, I. P., não restam dúvidas quanto à imperiosa necessidade de proceder a alterações no funcionamento destes serviços de saúde de Cantanhede.

Assim:

Nos termos e ao abrigo do disposto na alínea g) do n.º 1 do artigo 12.º da lei de Gestão Hospitalar, aprovada pela Lei n.º 27/2002, de 8 de Novembro, de harmonia com o estabelecido na alínea d) do n.º 2 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 222/2007, de 29 de Maio, que aprovou a orgânica das Administrações Regionais de Saúde, I. P., no n.º 1 do artigo 7.º e na alínea b) do n.º 2 do artigo 5.º da Lei Orgânica do Ministério da Saúde, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 212/2006, de 27 de Outubro, e sob proposta do Conselho Directivo da Administração Regional de Saúde do Centro, I. P., determino

o seguinte: 1- Aprovo a proposta da Administração Regional de Saúde do Centro, I. P., anexa ao presente despacho e do qual faz parte integrante, pelo que determino a alteração do horário de funcionamento do Centro de Saúde de Cantanhede a partir do dia 15 de Dezembro, inclusive, nos precisos termos constantes da deliberação daquela administração regional de saúde, cessando na mesma data a actividade do Serviço de Urgência do Hospital do Arcebispo João Crisóstomo, Cantanhede.

2- A Administração Regional de Saúde do Centro, I. P., garante o cumprimento de todas as medidas propostas na referida deliberação, nomeadamente a consulta não programada para casos agudos do foro ambulatório.

3- À Administração Regional de Saúde do Centro, I. P., para os procedimentos devidos, designadamente divulgação das alterações decorrentes do presente despacho no Centro de Saúde de Cantanhede, e ao Hospital do Arcebispo João Crisóstomo, Cantanhede, para adaptar o seu Regulamento Interno, de acordo com o estabelecido no Decreto-Lei n.º 188/2003, de 20 de Agosto.

12 de Dezembro de 2007. — O Ministro da Saúde, *António Fernando Correia de Campos*.

Administração Regional de Saúde do Norte, I. P.

Deliberação (extracto) n.º 2501/2007

Por deliberação do Conselho de administração de 15 de Novembro de 2007:

Marco André de Pinho Francisco de Oliveira, assistente de cardiologia da carreira médica hospitalar deste Hospital — autorizada a licença sem vencimento de longa duração, com efeitos desde 25 de Outubro de 2007.

(Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas).

27 de Novembro de 2007. — O Presidente do Conselho de Administração, *Lino Mesquita Machado*.

Deliberação (extracto) n.º 2502/2007

Por deliberação do Conselho de administração de 15 de Novembro de 2007:

José Fortunato da Silva Vieira, assistente de anatomia patológica da carreira médica hospitalar deste Hospital — autorizada a licença sem vencimento de longa duração, com efeitos desde 12 de Novembro de 2007.

(Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas).

27 de Novembro de 2007. — O Presidente do Conselho de Administração, *Lino Mesquita Machado*.

Despacho (extracto) n.º 29859/2007

Por despacho de SS. Ex.ª o Ministro da Saúde, de 1 de Novembro de 2007, foi exonerado, por motivos de movimentação de autoridades de saúde, o Dr. Carlos Jorge Lima Geraldês, Assistente da carreira Médica de Clínica Geral, do cargo de Adjunto do Delegado Concelhio de Saúde de Valpaços, nos termos do artigo 4.º Decreto-Lei n.º 336/93, de 29 de Setembro.

6 de Dezembro de 2007. — O Vice-Presidente do Conselho Directivo, *Fernando Manuel Ferreira Araújo*.

Sub-Região de Saúde de Vila Real

Rectificação n.º 2184/2007

Por ter saído com inexactidão o Despacho n.º 12 889/2007(2.ª série), publicado no DR, 2.ª série, n.º 119 de 22 de Junho de 2007, rectificasse:

Onde se lê: “...Lígia Aparecida Teixeira Roxo... Nos dias 13 e 14 de Dezembro de 2007”

Deve ler-se “... Lígia Aparecida Teixeira Roxo... De 10 a 14 de Dezembro de 2007”

3 de Dezembro de 2007. — O Coordenador Sub-Regional, *José Maria Paixão Afonso Andrade*.

Administração Regional de Saúde do Alentejo, I. P.

Sub-Região de Saúde de Beja

Deliberação (extracto) n.º 2503/2007

Por despacho de 04 de Dezembro de 2007 do Sr. Coordenador Sub-Regional, por delegação:

Maria Ana Carvoreiro Velinho — Técnica de 2ª Classe de Radiologia da Carreira de Técnico de Diagnóstico e Terapêutica, do quadro do Centro de Saúde de Ferreira do Alentejo da Sub-Região de Saúde de Beja nomeada, após concurso interno de acesso Técnica de 1ª Classe de Radiologia da Carreira de Técnico de Diagnóstico e Terapêutica, para o quadro do Centro de Saúde de Ferreira do Alentejo, da Sub-Região de Saúde Beja. (Isento de fiscalização prévia do T.C.)

7 de Dezembro de 2007. — O Coordenador Sub-Regional, *João José da Silva de Pina Manique*.

Centro Hospitalar da Póvoa de Varzim/Vila do Conde

Aviso (extracto) n.º 25934/2007

Nos termos do artigo 38.º do Decreto Lei n.º 437/91, de 8 de Novembro, torna se pública a lista de classificação final do concurso interno geral de acesso para provimento de um lugar de enfermeiro especialista em enfermagem de Reabilitação do quadro de pessoal do Centro Hospitalar Póvoa de Varzim/Vila do Conde, cujo aviso de abertura foi publicado no Diário de República, 2.ª série, n.º 117, de 20 de Junho de 2007, homologada por despacho do conselho de administração de 30 de Novembro de 2007, após obtida a respectiva confirmação de cabimento orçamental por parte da Direcção-Geral do Orçamento.

1.º Vasco Aurélio Machado Ribeiro — 19,00

Da homologação da presente lista cabe recurso, nos termos e prazos previstos no artigo 39.º do Decreto-Lei 437/91, de 8 de Novembro, dirigido ao Ministro da Saúde e entregue no Centro Hospitalar Póvoa de Varzim/Vila do Conde, sito no Largo da Misericórdia, 4490-421 Póvoa de Varzim.

7 de Dezembro de 2007. — O Presidente do Conselho de Administração, *Torcatto José Soares Santos*.

Hospitais Cívicos de Lisboa

Maternidade do Dr. Alfredo da Costa

Aviso (extracto) n.º 25935/2007

Suzete Edite Carvalho Morais Ricardo, Assistente Eventual de Anestesiologia da carreira médica hospitalar, a exercer funções na Maternidade Dr. Alfredo da Costa em regime de contrato administrativo de provimento, celebrado nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo. 9.º do Decreto-Lei n.º 112/98 de 24-04, rescinde o referido contrato com efeitos a partir de 11 de Janeiro de 2008.

5 de Dezembro de 2007. — A Vogal Executiva do Conselho de Administração, *Margarida Moura Theias*.

Hospitais da Universidade de Coimbra

Despacho (extracto) n.º 29860/2007

Por despacho do Secretário de Estado da Saúde de 16.10.2007, foi criada uma vaga supranumerária para o Internato de Oftalmologia, ao abrigo do artigo 5.º, n.º 4, do Decreto-Lei n.º 312/84 de 25.09, a fim de